



## **Manifesto da Assembleia Popular dos Povos das Águas Comunidade Quilombola do Cumbe, Aracati/CE, 19 de agosto de 2018**

Nós, Povos das Águas do Estado do Ceará e Piauí, presentes na primeira Assembleia Popular dos Povos das Águas, realizada na Comunidade Quilombola do Cumbe reafirmamos nossas identidades como povos e comunidades tradicionais do campo e da cidade, indígenas, quilombolas, pescadores e pescadoras artesanais, agricultores e agricultoras camponesas da Zona Costeira e do interior desses Estados. Como tais, somos plenamente humanos, temos histórias e culturas, fazemos política e economia, elaboramos e disseminamos conhecimentos e saberes. Nossos modos de vida são fundamentais para a conservação do planeta, suas águas doces e salgadas, que se misturam e integram nossos territórios.

Ressaltamos nossas resistências através da luta pela garantia dos nossos modos de vida e nossas relações com os rios, mangues, os mares e açudes, que proporcionam a nossa autonomia e soberania alimentar. Temos consciência de que nossas formas de produção e reprodução, através da pesca artesanal, da mariscagem, da agricultura familiar e camponesa, dos quintais produtivos, do artesanato e do nosso cotidiano, são realizadas de forma inseparável na relação com o ambiente, que é nossa casa. Nossos territórios são lugares de memórias, afetividades, ancestralidades, tradições, vivências e (re)existências.

Portanto, estamos na contramão do sistema capitalista cujos interesses e práticas se realizam mediante privatização e destruição do meio ambiente, dos ecossistemas, da biodiversidade e dos povos e comunidades que vivem nesses territórios. São graves os danos à qualidade ambiental e disponibilidade das águas (das terras e florestas), afetando os ciclos de vida.

A privatização do Estado pelas elites promove e/ou agrava conflitos no campo e centros urbanos, expropria nossas águas e territórios, favorecendo os interesses da especulação imobiliária, dos complexos industriais, dos parques eólicos, do agronegócio e hidronegócio, como a carcinicultura e a maricultura. Tais empreendimentos se realizam a partir da apropriação indevida e da expropriação dos nossos territórios; destroem os ciclos de vida e violam direitos conquistados pelas comunidades tradicionais, bem como direitos fundamentais garantidos constitucionalmente.

As repercussões da transferência das águas de nossos rios e bacias para a região metropolitana comprometem nossas economias, ameaçam a integridade de nossos ecossistemas e de suas biodiversidades e impactam a soberania alimentar de nossos povos. Outra violência e uso abusivo das águas doces e salgadas é a contaminação química decorrente da utilização intensiva de agrotóxicos e produtos químicos pelo agronegócio e pela carcinicultura, que afeta gravemente a pesca artesanal e a agricultura camponesa. Essas e outras violências ambientais e sociais interditam nosso sagrado direito à vida comunitária, à memória e à transmissão geracional.



A destruição ambiental e injustiça hídrica promovidas pelos agentes privados conta com a participação por ação ou omissão do Estado, envolvendo os poderes públicos legislativo, executivo e judiciário que expressam a corrupção de seus papéis ao se submeterem aos interesses do poder privado intensificado com o golpismo em curso no país, onde o ataque à democracia é ao mesmo tempo a violação aos diversos direitos sociais, trabalhistas e o direito de acesso aos bens comuns.

O sistema capitalista, e sua característica degradadora do meio ambiente e da sociedade, se fundamenta na dominação das classes ricas e brancas sobre as populações negras, indígenas e tradicionais. Portanto, de pensamentos e práticas etnocêntricas e racistas, injustas e genocidas, além de promotora da apropriação e destruição de seus territórios.

Essa estrutura também é marcada e agrava a dominação patriarcal e machista, o ódio e a violência física, psicológica sexual e patrimonial contra mulheres e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transsexuais); os prejuízos ao presente e futuro de jovens, adolescentes, crianças, adultos e idosos. E aqui, nos posicionamos contra o feminicídio, a LGBTfobia, o extermínio e encarceramento da juventude negra e indígena.

Os conflitos sociais e ambientais expressam tentativas de aniquilação de nossos modos de vida nos diversos territórios, o silenciamento e divisão das comunidades, perseguição e criminalização de lideranças. Essa situação se aprofunda ainda mais quando temos cotidianamente perdido os direitos às políticas como educação contextualizada e saúde de qualidade, compatíveis com nossas necessidades. Por isso, repudiamos fortemente as políticas de austeridade dos governos e a violência econômica da Emenda Constitucional 95, bem como as reformas trabalhistas, da educação e da previdência.

É hora de compreendermos que há uma só lógica a animar nossos adversários, o da maximização dos lucros em detrimento de Povos e Águas, e aprofundamento de todas as formas de opressões. Portanto, uma ameaça sobre um povo ou território será considerada por nós, uma ameaça a todos os povos em luta.

O grito dos homens e das mulheres que participaram desta Assembleia é um alerta e uma convocatória para a sociedade e particularmente para os setores urbanos, para a solidariedade, vinculação e defesa dos Povos das Águas e de seus ambientes.

### **Comunidades, Povos e Organizações presentes:**

Ponta Grossa (Icapuí); Jardim (Fortim); Assentamento Coqueirinho(Fortim); Vila da Volta (Aracati); Corrego de Ubaranas (Aracati); Canavieira ( Aracati); Resex Prainha do Canto Verde (Beberibe); Batoque (Pindoretama); Jenipapo Kanindé (Aquiraz); Casa de Farinha (Fortaleza); Sabiaguaba (Fortaleza); Povo Tapeba (Caucaia); Povo Anacé (Caucaia); Emboaca ( Trairi); Caetanos de Cima (Amontada); PovoTremembé da Barra do Mundaú (Itapipoca); Povo Tremembé (Almofala); Curral Velho (Acaráú); Flor do Campo (Novo Oriente); Besouro (Quiterianópolis); Cidade Sede (Tamboril); Cidade Sede (Aiuaba); Cidade Sede (Arneiroz); Instituto Terramar; Conselho Pastoral dos Pescadores



–CPP; Fiocruz-CE; Coletivo Flor de Urucum; Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP; Associação Quilombola do Cumbe; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais; Associação Comunitária do Sítio Canaveira; Associação dos Cultivadores da Algas do Maceió; Associação dos Catadores de Marisco de Ilha Grande – PI; Colonia Z3; Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde; Conselho Indígena Jenipapo Kanindé; Associação dos Pequenos Agricultores e Pescadores Assentados do Imóvel Sabiaguaba; Rede Tucum de Turismo Comunitário; Movimento Agroecológico; Sabiaguaba Lixo Zero – Fortaleza; Grupo de Mulheres da Resex da Prainha do Canto Verde; Grupo de Jovens em Ação da Resex da Prainha do Canto Verde; Associação das Comunidades dos Índios Tapebas de Caucaia; Associação Comunitária de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho; Cáritas Diocesana de Limoeiro; Comissão da Juventude Indígena do Ceará; Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia –UFC; Rede OISTMO – UFPE; Paróquia de Aracati; CITI – Conselho Indígena Tremembé de Itapipoca; Organização Popular de Aracati (OPA); Fórum Popular das Águas do Cariri; Tambores de Safo; Associação de Pescadores do Arneiroz; Comissão Pastoral da Terra (CPP); Cáritas Diocesana de Crateús; Colonia Z 58 Novo Oriente; NATERRA (Grupo de Pesquisa Campo, Terra e Território – UECE); Escritório Frei Tito de Alencar/ALECE; FACED (Faculdade de Educação–UFC).